

Os espaços do crédito e as estratégias sócio-familiares em uma sociedade em transformação: cafeicultura mineira no século XIX¹

Mônica Ribeiro de Oliveira²

Abstract

Analysis on the credit and financing system of XIX Mineira coffee-production, associating with socio-family strategies of ownership and status preservation. From the questioning of the capitalistic nature existence in the market of this period, it is proposed an interpretation, under an anthropological view, of the function and dynamics of the indebtedness in the process of building up the coffee-producing agrarian system.

Keywords: Credit market - Economic anthropology - Social-familiar strategies - Regional history

Resumo

Análise do sistema de crédito e financiamento da cafeicultura mineira do século XIX, vinculando-o às estratégias sócio-familiares de preservação de *status* e patrimônio. A partir do questionamento da existência do caráter capitalista do mercado deste período, propõe-se uma interpretação, de viés antropológico, da função e dinâmica do endividamento no processo de montagem do sistema agrário cafeeicultor.

Palavras-chave: Mercado de crédito - antropologia econômica - estratégias sócio-familiares - História Regional

Neste artigo pretendemos analisar, no contexto de formação do sistema agrário cafeeicultor da zona da Mata mineira, os mecanismos de crédito e endividamento responsáveis por sua expansão. Avaliaremos o grau de ingerência dos capitais de origem regional, entendendo a região do ponto de vista macro, ou seja, a região mineira, bem como analisaremos as estratégias sócio-econômicas realizadas pelas elites que teceram o pano de fundo do mercado de crédito.

¹ Este artigo é uma versão preliminar de um capítulo da tese de doutorado "Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira - 1780-1870", sob a orientação da Profa. Dra. Hebe Maria Mattos. A autora agradece as colaborações de Anderson Pires.

² Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

A montagem do núcleo agrário mineiro vinculou-se à preexistência de uma acumulação endógena na província - diga-se de capital mercantil - proveniente de seu dinâmico mercado interno. Estes capitais, internalizados na região mineira e controlados por importantes famílias, acompanharam o processo de abertura de novas fronteiras agrícolas, gerando a montagem de um núcleo agrário profundamente identificado com a história mineira.

A transposição destas elites e seus cabedais das sub-regiões Metalúrgica e Mantiqueira para a Zona da Mata representaram a segunda geração daqueles, cujas fortunas foram auferidas diretamente das redes de produção e circulação mercantis. Ao migrarem para a Zona da Mata, esses elementos tornaram-se grandes senhores de terras e escravos, apropriando-se de uma conjuntura extremamente favorável, que reunia abundância de terras férteis, oferta regular de mão-de-obra, experiência adquirida na produção de café pelos vizinhos fluminenses, além da possibilidade de rentabilidade, resultante dos altos preços atingidos pela rubiácea nos mercados internacionais. Tornaram-se legítimos representantes da alta hierarquia econômico-social nas novas terras, convertendo sua acumulação mercantil em riqueza agrária.

João Fragoso, ao analisar as origens do núcleo agrário de Paraíba do Sul no Vale Fluminense, percebeu este mesmo mecanismo de conversão da acumulação mercantil em bens agrários. O autor ressaltou que esses elementos de origem mercantil, ao se tornarem grandes homens de terras, segundo os padrões locais de hegemonia, abandonaram o mercado, ou seja, suas origens.³ Na Mata Mineira, em sua maioria, eram os filhos da elite mercantil da antiga Comarca do Rio das Mortes que compunham os quadros da aristocracia local, que mesmo distanciando-se dos negócios mercantis e assumindo a atividade fundiária como fundamental, passaram a ter como prática de investimento e manutenção de seu patrimônio, negócios ligados à usura, gerando uma cadeia interna de crédito. Somente a terceira geração, oriunda dos negócios mercantis da antiga Comarca mineira, recuperou e fortaleceu os vínculos com o mercado, auferindo uma série de benefícios e privilégios, seja através da captação e intermediação de financiamentos com grandes agentes da Corte a seus pais, para novas plantações ou compra de escravos, ou mesmo através da captação do crédito de curto prazo, sem natureza monetária, através do envio de mercadorias necessárias ao funcionamento das unidades agrárias do interior.

Estamos diante de uma sociedade com traços não capitalistas e escassa circulação monetária, caracterizada por práticas recorrentes

³ FRAGOSO, J. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista colonial*. Rio de Janeiro, 1780-1888. Niterói, 1990. Tese de doutorado, LUFF, 1990. v. 2, p. 358.

de endividamento, que denotavam, acima de tudo, um momento no processo de reprodução do sistema agrário escravista. Tal endividamento permitiu o custeio e a expansão da vida da fazenda e tomou-se mais um elemento estrutural, parte da lógica de sistemas agrário-exportadores.⁴

P. Servais, ao se debruçar sobre a função do crédito dentro da organização e do funcionamento das sociedades do Antigo Regime, analisou as motivações do endividamento e do crédito como formas de investimento. O autor percebeu dois laços profundamente identificados: de um lado, o mundo complexo das relações familiares, e de outro, a função do investimento imobiliário para o credor, ou seja, as propriedades que ele presumivelmente ganharia como garantia de negócios firmados⁵. Nesse contexto, as relações familiares teriam uma lógica interna própria, dentro do mercado de crédito, com significação econômica, ritual e imobiliária, em função de evitar o desmembramento de um patrimônio. A realização de contratos de casamento, as doações em testamentos e os dotes, reunindo devedores e credores fortaleciam os laços entre os principais credores locais, concorrendo para aumentar e preservar a riqueza adquirida.

Com base nessas premissas, nos dedicaremos ao acompanhamento das atividades econômicas de uma certa localidade – município de Santo Antônio do Paraibuna – situado ao sul da Zona da Mata Mineira. Na análise do referido município, levamos em conta os condicionamentos extra-econômicos específicos de uma sociedade pré-capitalista, quais sejam, o dos sistemas de parentesco e matrimônios⁶. Portanto, tornou-se vital a reconstituição da teia de relações pessoais que permitiram o pleno funcionamento da economia local e de sua ascensão, ao longo das décadas. Nos referimos não só às relações de parentesco consanguíneo, como também ao parentesco ritual (compadrio) e às redes de amizade, estas últimas mais difíceis de serem aquilatadas.

Num primeiro momento, dedicamo-nos ao mapeamento das atividades econômicas referentes ao sistema de financiamento do sistema agrário em questão, através do levantamento e da decomposição dos ativos e passivos, para dar conta do universo das práticas econômicas, o crédito de origem regional, a interveniência de crédito de agentes externos à província, dentre outros. Em um segundo momento, avaliamos o pano-de-fundo destas práticas econômicas, vinculando-as às condutas sócio-familiares, através da utilização de uma série de estratégias, como casamentos endogâmicos, transmissão do

⁴ *Id. ibid.* p. 370.

⁵ SERVAIS, P. De la rente au crédit hypothécaire en période de transition industrielle. Stratégies familiales en région liégeoise au XVIII^e siècle. *ANNALES HSS*, n. 6, p. 1400, novembre-décembre 1994.

⁶ POLANY, Karl. *Economia primitiva arcaica e moderna*. Torino: Einaudi, 1980.



prestígio paterno como uma espécie de herança material, dentre outras, por visarem, acima de tudo, a utilização dos laços de sangue e alianças como meios de preservação do patrimônio e *status* familiares.

As fontes para o estudo do crédito são múltiplas. Testamentos, inventários, recenseamentos demográficos, bem como os vários registros de cartórios de notas. Tais dados poderiam conjuntamente fornecer *dossiers* individuais, permitindo análises sobre a totalidade, frequência e natureza de intervenções no mercado de crédito, a participação de homens e mulheres, a duração dos débitos, dentre outros.⁷

No entanto, a nossa investigação centralizou-se em outro nível de análise. Em termos metodológicos, as fontes que utilizamos foi somente os inventários *post mortem*, de 1840 a 1870. Foram utilizados 320 inventários, todos do município de Santo Antônio do Paraibuna, cujos nomes foram entrecruzados aos de almanaques, sempre que necessário, no sentido da identificação real dos atores econômicos envolvidos, bem como da percepção da natureza das relações de crédito firmadas e o papel exercido pelas relações de parentesco.

Consideramos que o alcance de nossa análise ficou parcialmente reduzido, em razão de centrarmos nossas análises no levantamento de passivos e ativos dos inventários, que muitas vezes, representavam sub-registros de outros instrumentos mais formais, a exemplo das escrituras e hipotecas. No entanto, não obstante esta dificuldade, o material que dispusemos conseguiu dar conta das questões mais genéricas levantadas, além de ter sinalizado que, para estas décadas em estudo, as escrituras de hipotecas ainda não haviam se tornado um instrumento acessível a todos, prevalecendo os contratos verbais entre credores e devedores. Esse dado encontrava-se claramente perceptível nos inventários, em que os acertos de contas faziam-se, na maior parte, através de recibos informais⁸.

A cafeicultura mineira vivenciou um modelo específico de transição para o sistema agrário-exportador. Antes de uma mera extensão do sistema agrário fluminense, a cafeicultura mineira cresceu vinculada à acumulação endógena de capital mercantil da província. Esse processo diferiu-se do Rio de Janeiro pela ausência de capitais de grosso trato nas origens dos primeiros investimentos, bem como, diferiu-se de São Paulo, em que a grande expansão do café deveu-se à rápida transferência de recursos aplicados ou acumulados anteriormente no cultivo dos bens de subsistência ou exportação e em ativi-

⁷ Tal análise foi realizada por SERVAIS. *op. cit.*

⁸ Estes recibos informais eram denominados de "títulos de não". Nas prestações de contas dos inventários percebemos inúmeras através da apresentação de um simples recibo. A título de exemplo, consultar os inventários de Henrique Guilherme Fernando Halfeld; Marcelino G. da Costa, Domingos Antônio Ribeiro, Cândido F. da Fonseca, dentre outros. Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da UFF (AHUJF).

dades comerciais, até adquirir uma certa importância em relação às outras culturas.⁹

Na Mata mineira, a presença de uma agricultura de alimentos com diferentes vínculos com o mercado, anterior ao café, não potencializou investimentos a serem transferidos para a cafeicultura que posteriormente se desenvolveu. A região abriu oportunidades para investimentos auferidos na economia de mercado interno de elementos provenientes dos Termos de São João Del Rei e Barbacena, promovendo a transformação da acumulação mercantil em riqueza agrária. Junto às enormes possibilidades de acumulação que se abriram através do café, os grupos sociais, provenientes das redes mercantis da província, assumiram um novo *status* como grandes proprietários de terras. Concretizou-se, no caso em estudo, o que Manolo Florentino e João Fragoso denominam de "Ideal Aristocrático da Elite Mercantil"¹⁰. Ao investigar a transformação de grandes comerciantes cariocas em rentistas urbanos e/ou senhor de homens e terras, os autores consideram que "*Tratava-se, enfim, de uma estrutura cujo financiamento tinha como pré-condição a constituição de relações de poder.*"¹¹

Não se observou a conversão direta do grande comerciante em fazendeiro. Foi o grande capital originário das atividades de mercado interno, que foi transposto para novas fronteiras geo-econômicas. Desta forma, os filhos de grandes produtores/comerciantes da Comarca do Rio das Mortes ascenderam à condição de grandes senhores de terras e homens no nascente núcleo agrário da Mata Mineira, acumularam pelo café e assumiram um novo *status* e mantiveram entre si uma série de articulações sócio-econômicas em função da preservação do patrimônio e de sua posição no novo padrão de hierarquia social.

Não estamos defendendo, contudo, a existência de fronteiras rígidas de capitais. Mas, nada mais factível do que considerar, então, que a origem dos financiamentos tenha sido regional - numa perspectiva macro regional, ou seja, considerando a região mineira e sua interarticulação de diversas sub-regiões, a saber: a Centro-Metalúrgica, a Vertentes-Mantiqueira e o Sul, em direção à Zona da Mata.

⁹ Sobre a província fluminense ver STEIN, S. *Vassouras: um município brasileiro do café*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; FRAGOSO, João. *op. cit.* Outros trabalhos sobre o Rio de Janeiro, acerca de regiões não vinculadas ao café, destacaram a importância do mercado de crédito local nas origens e manutenção da lavoura acucareira e atividades criatórias em Campos e no financiamento da produção agrícola de mercado interno em Capivary. FARIA, Sheila de C. *Colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 189. MATOS, Hebe M. *Ao sul as histórias*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 64. Para a província paulista ver: MARCONDES, R. L. *A arte de acumular na economia cafeeira*. Lorena: Stilian, 1998. p. 76. ALVES, Maurício M. *Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação de Mestrado, IFCS, UFRJ. p. 63. SAES, Flávio. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 49.

¹⁰ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto*, Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 104.

¹¹ *Id. ibid.* p. 107.

O endividamento, traço recorrente de outros sistemas agrários, apresentou-se na Mata Mineira também como um elemento estrutural, um complemento essencial para recursos advindos de heranças e dotes, ou mesmo, a única fonte importante de recursos. Frente a ausência de um sistema bancário desenvolvido, conseguir crédito era vital para a montagem e manutenção da reprodução das fazendas¹².

Graça Filho, ao estudar a elite mercantil e suas relações com a economia de subsistência em São João Del Rei, comprovou a capacidade desta economia de gerar acumulação suficiente para a criação de um setor financeiro importante. O autor percebeu a existência de casas bancárias ligadas às economias de subsistência e mineradora e ligadas às operações de crédito e câmbio. Ao levantar os dados dos contratos comerciais, registrados no Tribunal do Comércio da Capital do Império na década de 60, destacou a presença de diversas casas bancárias, dentro de Juiz de Fora¹³. Como comprovaremos adiante, a atuação destas casas era restrita, se comparada à dimensão do crédito oferecido pelos fazendeiros/capitalistas de origem local.

No município em análise, pudemos perceber através dos inventários a existência de fazendas profundamente endividadas, mas que demonstravam uma alta produtividade. A título de ilustração, citamos a propriedade de Manoel Tomás de Aquino, falecido em 1858. Seus passivos correspondiam a quase 40% de seu monte mor de 865:196\$751 réis. Mas o seu plantel de escravos era composto de 142 cativos, na maioria homens, sendo que 63% deles estavam na faixa de idade de produção, de 15 a 40 anos. Possuía 330 mil pés de café, com no mínimo 30% de cafezais novos e os outros 70% em idade produtiva. Outra grande propriedade foi a de Francisco de Assis Pinto Ribeiro, falecido em 1866. Possuía 44% de passivos de um monte de 589:820\$594 réis. Constavam 350 mil pés de café com aproximadamente 25% de cafezais novos e 75% de cafezais ainda em idade produtiva. Seu plantel de 60 cativos era composto de 75% de escravos em idade de produção¹⁴. Esses e mais outros exemplos de propriedades bastante endividadas poderiam ser citadas, sem, contudo, indicarem sinais de decadência. Mas, na medida que o pagamento desses empréstimos era realizado com as vendas do café, em última instância, representava uma forma de descapitalização frente aos juros e prêmios cobrados.

¹² Observa-se em importantes propriedades cafeeiras o recurso aos empréstimos como forma de viabilizar a própria reprodução das fazendas. A título de exemplo, consultar os inventários de Manoel Tomás de Aquino; Francisco de Assis Pinto Ribeiro; Domingos Antônio Ribeiro; dentro outros. Inventários *post-mortem* 1^o Ofício Cível - AHUFIF

¹³ GRACA FILHO, A. A. *A princesa do oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João Del Rei (1831-1888)*. Rio de Janeiro, 1988. Tese de doutorado, UFRJ. p. 72

¹⁴ Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da UFJF (AHUFJF).

I. O sistema de financiamento da cafeicultura

Através do levantamento das dívidas ativas e passivas dos inventários levantados, conseguimos agregar todos os dados e chegamos a um total de ativos de 379.248 libras, correspondendo a 15,15% dos montes e 329.367 libras de passivos correspondendo a 13,15% do total da riqueza levantada. O quadro abaixo ilustra melhor esta afirmação :

Quadro I
Dívidas Ativas e Passivas das Unidades produtivas em estudo do Município de Santo Antônio do Paraibuna 1840/1870

Dívida	Valores em mil réis	Valores em Libras	% frente à riqueza total
Ativa	3.799:588\$293	379.248	15,15
Passiva	3.182:406\$334	329.367	13,15

Fonte : Inventários Post-mortem - Arquivo Histórico da UFJF (AHUFJF)

O equilíbrio entre os ativos e passivos encontrados remeteu à hipótese central desse trabalho, acerca da presença de uma acumulação endógena à província, capaz de gerar um mecanismo próprio de financiamento. Caso encontrássemos uma pequena percentagem de ativos, indicaria um financiamento externo da economia e, por sua vez, possibilidade de evasão de recursos sob a tutela do capital mercantil sediado no Rio de Janeiro. A realidade que encontramos diferiu essencialmente desta possibilidade e corroborou nossas reflexões. Estamos diante de um sistema autônomo, pelo ao menos até 1870, com capacidade de auto gestão, por mais que seu atrelamento ao mercado do Rio de Janeiro seja inevitável, por onde se realizava a atividade exportadora.

1.1 O financiamento externo

Voltando à questão da identificação de quem necessitava de crédito, através da decomposição dos passivos, chegamos à conclusão de que 67,83% dos investimentos pertenciam à órbita regional; 32,16% de investimentos eram externos à província de Minas, con-

forme atesta o quadro abaixo:

Quadro II
Dívida passiva das Unidades Produtivas em estudo
do Município de Santo Antônio do Paraibuna
1840/1870

Total em Libras	Crédito de origem regional		Crédito de origem externa	
	Libras	%	Libras	%
329.367	223.427	67,83	105.940	32,16

Fonte : Inventários *post-mortem* – AHUJF

Conforme pode ser observado, os 32,16% de financiamentos externos à região mineira, referem-se a 105.940 libras, dos quais 60% eram provenientes da província do Rio de Janeiro e os outros 40% de três únicas hipotecas realizadas pelo Banco do Brasil na região. A presença de capitais fluminenses, que pode, à primeira vista, parecer bastante significativo, à uma análise mais acurada, diminui o seu impacto consideravelmente. Quase a metade destes investimentos referiam-se, exclusivamente, à atividade da família Teixeira Leite, de Vassouras, tradicionalmente envolvidos em atividades de usura no Vale Fluminense. A intervenção desses capitais na Mata Mineira, realizou-se tão somente pela via do parentesco e por sólidas relações de amizade auferidas em São João Del Rei, cidade matriz destes capitalistas.

As origens mineiras dos Teixeira Leite já foram, por várias vezes, citadas na historiografia, bem como suas atividades capitalistas, principalmente entre os membros direta ou indiretamente aparentados. Mas os seus vínculos com a Mata Mineira e, principalmente o envolvimento direto de certos elementos com a produção agrária, ainda não foram suficientemente esclarecidos. O tronco matriz dos Teixeira Leite estava assentado no Termo de São João Del Rei¹⁵. O Sargento Mor José Leite Ribeiro legítimo representante de uma família de fazendeiros e criadores de gado, ligados ao circuito mercantil com o Rio de Janeiro, teve 14 filhos. Dentre estes, a filha, Francisca Bemardina do Sacramento Leite, casou-se com Francisco José Teixeira, futuro Barão de Itambé, nascendo desse consórcio a família Teixeira Leite. O filho do casal, Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras, casou-se com a prima Ana Alexina Leite Guimarães e tornou-se o principal representante da maior família de capitalistas do Vale do Paraíba Fluminense. Outros filhos do Sargento Mor Leite Ribeiro e seus des-

¹⁵ Famílias tronco representam um conjunto de descendentes de um ancestral comum.

cendentes perderam suas relações com o mercado e passaram a compor os quadros da alta aristocracia fundiária da Mata Mineira, fixando-se na localidade de Mar de Espanha. Dentre eles podemos citar Antônio Carlos Teixeira Leite (falecido em 1847), fazendeiro em de Mar de Espanha com 74 cativos e 200 mil pés de café, proprietário de grande empresa cafeeira, ainda no período de montagem do núcleo agrário da Mata Mineira, além de Custódio Ferreira Leite, Barão de Aiuruoca; Joaquim Vidal Leite Ribeiro - Barão de Itamarandiba; Joaquim Leite Ribeiro Guimarães, casado com Maria Teodora da Costa Lima, filha do maior proprietário de terras e escravos da região - Marcelino Gonçalves da Costa - dentre outros.

Outro filho do Sargento Mor, que se instalou na Zona da Mata foi o Comendador Francisco Leite Ribeiro, proprietário de uma fazenda, em 1844, no município de Mar de Espanha, composta por mais de 150 mil pés de café, 225 escravos e um monte mor de 1.104:654\$376 réis. Casou-se com Tereza Angélica de Jesus, filha do Brigadeiro José Vidal de Barbosa, importante fazendeiro da Mata e deste matrimônio surgiu a família Vidal Leite Ribeiro. Esta família uniu-se por matrimônio com outra importante representante da aristocracia fundiária local, os Aquino, de origem fluminense. A união caracterizou-se por reunir tanto as atividades de usura, como as comerciais entre Minas e Rio, quanto a propriedade de vastas terras.

Esse fato remete-nos a L. Fontaine, quando considera que a geografia do crédito mercantil se inscreve dentro de outra geografia: a da aliança¹⁶. Referimo-nos às alianças familiares e suas diversas relações de parentesco, como credores e devedores, a interferirem, não na eliminação de juros, garantias e prazos mas, na alteração significativa das relações entre as partes envolvidas.¹⁷

Percebe-se a importância da família como célula de preservação da tradição, utilizando a prática da reprodução matrimonial como forma, de não só adquirir riqueza, mas também meio de conservar o patrimônio e o *status* conquistado. A família estabelecia o grupo de descendência e determinava práticas de parentesco, em que a sucessão do sobrenome referendava as trocas materiais, resultantes das relações sociais. A troca material mais visível, além da perpetuação do patrimônio e *status* inter e intra familiar realizava-se através da concessão de créditos¹⁸. Este fato serve-nos de referência a estas breves informações sobre os "Leite" de São João Del Rei. A relação estreita de seus membros, proporcionada por casamentos endogâmicos, nos quais se concretizava a união do capital de origem mercantil com o agrário, possibilitava a formação de uma rede de "ajuda mútua", materializada pela concessão de créditos.

¹⁶ FONTAINE, Laurence. Espaces, usages et dynamiques de la dette. Des hautes vallées dauphinoises (XVI-XVIII siècles). *ANNALES, HSS*, n. 6, p. 1377, novembre-décembre 1994.

¹⁷ LEVI, Giovanni. *La herencia inmaterial*. Espanha: Nerea, 1990.

¹⁸ FONTAINE, L. *op. cit.* p. 1383.

Promovia-se, assim, uma conduta de reciprocidade, integrando a economia de grupos baseados no parentesco.¹⁹

A atuação da família extensa²⁰ dos Leite Ribeiro, na Mata Mineira, não se restringia à clássica tarefa de capitalistas, fornecendo empréstimos a juros, com garantias de pagamento futuro. Chegavam a atuar também, por intermédio dos comissários dos fazendeiros, para assegurar a cobrança da dívida²¹. Observa-se que mantinham, às vezes, uma simples atividade comercial, através do suprimento de diversos produtos necessários à manutenção da unidade produtiva. Esse fato pode ser percebido pelo baixo valor monetário da maioria dos empréstimos realizados fora da órbita da parentela, sugerindo um tipo de financiamento de curto prazo, voltado para a manutenção da reprodução simples das fazendas. Essas prestações de serviços foram encontradas fora do círculo da família extensa e vinculavam-se a outros importantes elementos da aristocracia agrária local, a exemplo dos Tostes, Ribeiro do Valle, os Villas Boas Valle Nogueira da Gama, os Barros e os Assis Pinto Ribeiro. Por outro lado, a manutenção desses vínculos sugeria um aprofundamento das relações entre importantes membros da aristocracia fundiária e aqueles que detinham liquidez, possibilitando a realização futura de empréstimos, através da aceleração da atividade de casas comissárias para as décadas subseqüentes.²²

Perseguindo um pouco mais a origem dos 32,16% de capitais fluminenses, afora a grande participação de capitais de distintos membros da família Leite entre si e entre um reduzido número de prestigiadas famílias, percebe-se a completa ausência de disseminação de grandes investimentos do comissariado carioca. Observa-se a presença de altos financiamentos, característicos de casas comissárias de longo prazo, identificado com o movimento de reprodução ampliada das unidades, através da aquisição de escravos e investimentos em novas plantações, em apenas mais três famílias proprietárias de três grandes empresas cafeeiras. A maior parte de seus passivos estava atrelada ao Rio de Janeiro, referendando a presença de fortes vínculos de parentesco e amizade com prestigiadas famílias cariocas. Eram eles, Francisco de Assis Pinto Ribeiro, filho de tradicional família fluminense; Domingos Antônio Ribeiro, concunhado do Barão de Aiuruoca, mineiro bastante articulado na praça carioca; além do

¹⁹ POLANY, Karl. *op. cit.*

²⁰ Utilizo o conceito de "família extensa" de Linda LEWIN. Segundo a autora, este tipo de família compreendia o grupo de descendência bilateral de um indivíduo, incluindo ascendentes maternos e paternos e os descendentes lineares de várias gerações. Dela faziam parte também os colaterais consanguíneos - tios, tias, sobrinhos e sobrinhas. Pertencia ainda à família extensa uma numerosa população de parentes não consanguíneos, incluídos através do casamento ou pretensos parentes, através da relação ritual - compadrio cerimonial. Família extensa e parentela seriam sinônimas. LEWIN, L. *Política e parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

²¹ STEIN, S. *op. cit.* p.43.

²² PIRES, Anderson analisa a grande atuação comissários como agentes financeiros no núcleo agrário de Juiz de Fora, a partir de 1870. PIRES, A. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870-1930*. Niterói, 1993. Dissertação de Mestrado, UFF, p. 56

Conselheiro Antônio José de Barbosa, político de expressão, senador do Império.²³

A maioria dos demais financiamentos concedidos as unidades de produção cafeeira, eram de baixo valor monetário, fragmentados em pequenos negócios, em grande parte voltados para médias empresas. Estes pequenos débitos caracterizavam um tipo de crédito de curto prazo, realizado para financiar o movimento de giro das unidades, podendo aparecer em forma de conta-corrente. O comissário oferecia mercadorias essenciais para o funcionamento das unidades que só seriam pagas pelas remessas finais de café.²⁴

Percebe-se, igualmente, a presença de débitos correntes com comerciantes atacadistas da Corte, sejam com casas comerciais de secos e molhados dos núcleos urbanos ou com lavradores de alimentos, demonstrando a presença de sólidos vínculos com a praça mercantil do Rio de Janeiro, através do antigo circuito de entradas e saídas de mercadorias "da terra" e importadas.

Apesar da importância majoritária de investimentos de origem regional, a presença de inúmeras casas comissárias e de comerciantes atacadistas da província fluminense, sinaliza a possibilidade de um futuro atrelamento do mercado de crédito e endividamento, sediado na praça carioca. Não se deve esquecer que a realização da produção agro-exportadora mineira fazia-se somente na Capital carioca, onde se centralizava o comércio de exportação.

1.2 - Os capitais internos

Através da decomposição das dívidas passivas dos inventários *post-mortem* entre 1840 e 1870 verificou-se a presença de 67,83% de capitais de origem regional, o que veio a confirmar a nossa hipótese da presença de um capital internalizado na província de Minas. Este capital, ao se instalar nas novas fronteiras da Zona da Mata Mineira, impulsiona o processo de montagem do sistema agrário cafeeicultor.

A existência de créditos de origem local foi destacada pela historiografia como forma complementar ao considerado "clássico" mecanismo representado pelo comissário²⁵. Os dados aqui arrolados diferem significativamente destas análises, delineando um original mo-

²³ Sobre o papel dos comissários na economia com base em um estudo de caso, ver: SWEIGART, Joseph E. *Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. Austin, 1980. Tese de Doutorado, Universidade do Texas; FRANCO, M. S.de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3 ed. São Paulo: Kairós, 1983; SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. São Paulo: EDUSP/Instituto Fernand Braudel, 1996.

²⁴ PIRES, A. *op. cit.* p. 50.

²⁵ SWEIGART, J.E. *op. cit.*; DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura - 1820-1920*. São Paulo: Paz e Terra, 1977; SAES, F. *Crédito e Bancos no Desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo: IPE, 1986.

delo de financiamento da cafeicultura, com a presença majoritária de capitais de origem regional, pelo menos no que concerne às suas fases de expansão e consolidação e, principalmente, em comparação ao sistema agrário desenvolvido no Vale do Paraíba Fluminense, instalado em terras contíguas à Mata Mineira.

Dedicar-nos-emos agora à análise das dívidas ativas. Os dados agregados somaram 379.249 libras esterlinas de capital investido nas unidades produtivas do município. Levantamos os principais credores, com saldos superiores a 10.000 libras e chegamos ao número de oito, com as características abaixo delineadas:

Quadro III Credores com dívidas ativas superiores a 10.000 libras esterlinas

Credores Nomes	Monte		Número de devedores	Dívida Ativa		%
	Réis	libras		Réis	libras	
1) Marcelino Gonçalves da Costa - 1866	1.734.428\$726	174.888	146	884.026\$794	89.139	50,9
2) Francisco Leite Ribeiro - 1845	1.104.654\$376	116.909	222	602.666\$466	63.782	54,55
3) Elias Monteiro da Silva 1870	732.900\$735	69.014	38	431.613\$201	40.643	58,89
4) Cândido Ferreira da Fonseca - 1856	678.191\$345	77.709	60	287.409\$145	32.982	42,37
5) Antônio Dias Tostes - 1834 ²⁴	212.689\$206	34.296	72	70.666\$728	11.395	33,22
6) Marcelino de Brito Pereira de Andrade - 1866	386.577\$990	38.979	15	106.851\$370	10.774	27,64
7) Francisco de Cerqueira Cameiro - 1868	362.479\$520	25.675	42	205.766\$520	14.575	56,76
8) Antônio Carlos Teixeira Leite - 1874	259.978\$806	27.081	31	98.273\$590	10.236	26,10
TOTAL	5.471.900\$704	564.551	626	2.687.273\$814	273.526	48,45

Fonte: Inventários Post-mortem - 1º Ofício Cível - AHUFJF

²⁴ Esses dados se referem ao inventário de sua primeira esposa, D. Ana Maria do Sacramento. Estas são as únicas informações seguras de que dispomos sobre Antônio Dias Tostes. Seu nome não poderá deixar de figurar entre os maiores fazendeiros/capitalistas do município.

Destes dados inferem-se que uma reduzida elite, de apenas oito grandes credores, monopolizava o crédito de 273.526 libras, correspondendo a 71,81% do total de todos os ativos. Sobre o total de montes foi encontrada uma média altíssima, de 48,45% de dívidas ativas, reunindo 626 empréstimos, para unidades produtivas de diferentes portes, em sua quase maioria, não formalizados por hipotecas. Observa-se que os quatro primeiros credores possuíam uma riqueza acima de 50.000 libras, compondo as maiores fortunas do município. Toma-se de grande relevância então, a análise da natureza das atividades que deram origem a esses empréstimos, o que pode ser observado no quadro seguinte:

Os espaços do crédito e as estratégias sócio-familiares em uma sociedade em transformação: a cafeicultura mineira no século XIX

Quadro IV
Características econômicas dos credores com dívidas ativas superiores a 10.000 libras esterlinas

Credores Nomes	Dados Gerais		Riqueza Agrária*				
	Atividade Econômica Principal	Origem	Réis	Libras	% do Monte	Escravidão	
						Nº	Valor em libras
1) Marcelino Gonçalves da Costa - 1866	Fazendeiro/ Capitalista 1	Termo de Barbacena	210.150\$000	21.190	12,11%	305	23.498
2) Francisco Leite Ribeiro 1845	Fazendeiro	Termo de São João Del Rei	199.438\$000	21.107	18,05%	225	9.863
3) Elias Monteiro da Silva - 1870	Fazendeiro	Termos de São João Del Rei/ Barbacena	143.574\$730	13.519	19,58%	156	1.475
4) Cândido Ferreira da Fonseca - 1856	Fazendeiro	Termo de Barbacena	108.912\$000	15.566	20,03%	166	9.565
5) Marcelino de Brito Pereira de Andrade - 1866 Visconde de Monte Mário	Fazendeiro/ Capitalista 2	Termo de Barbacena	138.850\$000	14.000	35,91%	91	11.035
6) Antônio Dias Tostes 1834	Fazendeiro/ Capitalista	Termo de Barbacena	37.849\$996	6.103	17,8%	30	1.973
7) Francisco de Cerqueira Carneiro - 1868	Capitalista	Termo de Barbacena	95.800\$000	6.785	26,42%	52	4.301
8) Antônio Carlos Teixeira 1847	Fazendeiro	Termo de São João Del Rei	57.260\$000	5.964	22,02%	74	3.293
TOTAL			991.834\$726	104.234	21,49%	1.099	85.003
					(média)		

Fonte: Inventários Post-mortem - AHUJF

*Riqueza Agrária engloba valor das terras e cafezais/ 1 - Pelo Almanaque de 1864 / 2 - Pelo Almanaque de 1875

Conforme se observa, existe um claro predomínio da atividade agrária nas origens da maior parte dos credores. Seis entre os oito maiores podem ser identificados como fazendeiros, apenas três como fazendeiros e capitalistas, e apenas um capitalista clássico, como atividade econômica principal.

O fato de significativo percentual da fortuna destes credores estar investido em terras e cafezais, além da manutenção de vastos plantéis de escravos, sinaliza que o capital aplicado na atividade creditícia teria sido reinvestido na agro-exportação e possibilitado a retenção de excedente econômico na própria esfera produtiva. Portanto, a transformação circular e contínua do capital usurário em capital agrário e o conseqüente movimento de autofinanciamento do sistema agrário local foi o que manteve a sua dinâmica produtiva.

Interessa-nos aqui investigar a matriz destes investimentos, o que viria a reiterar nossa hipótese de "transmutação" do capital mercantil originário das atividades de mercado interno da província em capital agrário. A utilização deste termo é intencional, na medida em que não consideramos tal fato apenas uma transformação, uma mudança geográfica no sentido dos investimentos. Promoveu-se a formação de um novo capital por meio de uma série de mutações, que integrou, tanto novos espaços geográficos, como principalmente, nova atividade econômica, outras gerações de empreendedores e *status*, dentro do padrão regional de hierarquização sócio-econômica. Todos os maiores credores formaram a segunda geração de lavradores/pecuaristas/comerciantes da Comarca do Rio das Mortes. Deve-se destacar que o aporte de capital inicial para montagem do núcleo agrário cafeeiro mineiro originou-se da Comarca do Rio das Mortes. No entanto, serão os capitais provenientes da própria dinâmica cafeeira alcançada que promoveram a reprodução contínua do sistema agrário.

Em uma sociedade capitalista, onde a economia, o mercado, a produção e a distribuição de bens efetuavam-se através de um sistema de preços regulados pelas leis de oferta e demanda, motivadas pelo desejo de ganho monetário, os homens dela integrantes não precisavam se unir por vínculos de sangue, obrigações legais e fidelidade. Mas, ao nos depararmos com sociedades pré-capitalistas, como esta que estamos nos debruçando, percebemos que as motivações individuais derivavam de eixos extra-econômicos. Portanto, o sistema de crédito, próprio deste contexto, passou a ser movido por um conjunto de interesses de ordem não-econômicos, fazendo com que atitudes de reciprocidade e redistribuição tivessem um peso significativo. Por outro lado, esse sistema não se baseava em interesses meramente altruístas. As atitudes acima referidas objetivavam assegurar a ordem da produção em benefício da família, do *status* e da

propriedade.²⁶ L. Fontaine destaca a importância do crédito, não apenas como mecanismo de transferência de propriedade que ele permite, mas também como vínculo social e cultural, além de importante instrumento político.²⁷ O devedor tendia a considerar seu credor como um benfeitor, a medida em que frente à morte do contratante da dívida, esta poderia ser renegociada, às vezes, por gerações e, principalmente, na medida em que a existência da dívida em si não representava a insolvência da empresa devedora.

Vista então a atividade econômica desta elite de credores entranhada em um labirinto de relações sociais, analisaremos a sua rede de devedores, os possíveis privilégios ou trocas auferidas com seus credores.

O primeiro grande credor, Marcelino Gonçalves da Costa era proprietário da maior fortuna do núcleo agrário da Mata Mineira, com 305 cativos e 21.190 libras investidas em terras e cafezais. Não coincidentemente, ele era o maior capitalista local, reunindo 146 devedores no momento da abertura de seu inventário, em 1866. Seu pai, Félix Gonçalves da Costa, era um promissor lavrador/pecuarista e comerciante de gêneros de Barbacena. Uma das irmãs de Marcelino, Ana Maria do Sacramento casou-se com Antônio Dias Tostes, um dos maiores proprietários de sesmarias na Mata Mineira, além de grande capitalista, tem o nome inserido na lista dos maiores capitalistas da região.

Marcelino, bastante articulado à alta elite Sanjoanense, conseguiu unir por matrimônio duas de suas filhas à importantes famílias de origem mercantil, como Maria Teodora da Costa Lima ao neto do Sargento Mor e comerciante Joaquim Leite Ribeiro - Joaquim Leite Ribeiro Guimarães - que se tornou, posteriormente, grande cafeicultor na Mata e Carlota Teodora da Costa Lima ao filho do Barão de Aiuruoca - José Custódio de Magalhães Leite - grande cafeicultor de Mar de Espanha - Mata Mineira. O Barão Custódio Ferreira Leite era tio e primo de Francisco José Teixeira Leite - Barão de Vassouras (que por sua vez, casou-se com Ana Alexina Leite Guimarães - irmã de Joaquim Leite R. Guimarães e, portanto, cunhada de Maria Teodora). A congratulação de casamentos de filhos de duas importantes famílias permitiu um equilíbrio, pois propiciou a anexação de heranças passadas de geração à geração. Mais uma vez, comprova-se a função do matrimônio no trânsito de riquezas e na troca de favores. As elites agrárias tinham interesses nas alianças matrimoniais de seus filhos para incluir no seu círculo familiar as conexões comerciais de que

²⁶ POLANY, K, ARENSBERG, Conrad M, PEARSON, Harry W. *Comércio y mercado en los Impérios antiguos* Barcelona: Labor Universitária - Monografias, 1976, p. 11.

²⁷ FONTAINE, L. *op. cit.* p. 1384-86.

dependiam para o movimento de giro de suas unidades agrárias.²⁸

Ao investir 50,96% de seu monte em dívidas ativas, 12,11% em terras e cafezais e 23.498 libras em escravos, Marcelino Gonçalves da Costa demonstrou ser, antes de um grande fazendeiro, um grande capitalista. Mas o porte de sua propriedade, que mantinha uma produção de 230 mil pés de café, além de três sesmarias e mais 320 alqueires de terras e 305 cativos, sinaliza que a ampliação de sua fortuna não se devia somente à atividade usurária.

Cruzamos dados de seus devedores com listagens de tropeiros, almanaques e demais inventários. Pudemos perceber que seus empréstimos tanto financiavam a grande propriedade cafeeira, como beneficiavam importantes membros da elite agrária local, a exemplo de José Cesário de Miranda Lima, Francisco de Paula Lima Júnior (casado com sua neta) e Henrique Ribeiro do Vale, além de menores empréstimos a pequenos lavradores de alimentos e cana. Os juros cobrados, capitalizados na maior parte das vezes, semestralmente, eram de 1% ao mês, chegando no máximo a 1,1/4%. Partindo do pressuposto que a rentabilidade de uma grande empresa cafeeira não excedia a 10%, os empréstimos eram necessários e nem sempre significavam insolvência das empresas, mesmo com juros extorsivos, como toda a historiografia informa.

A dívida ativa de Francisco Leite Ribeiro, proprietário da segunda maior fortuna do núcleo agrário da Mata Mineira e o segundo maior credor da região, reunindo 222 devedores, não diferiu muito das conexões de Marcelino. Como integrante da família Leite Ribeiro de São João Del Rei, suas vastas articulações intrafamiliares, favoreceram seu rápido enriquecimento, perceptível pela sua fortuna agrária em 1845, período considerado ainda como o dos primórdios de expansão da café, com 225 escravos, 21.107 libras em terras e cafezais. A trajetória percorrida pelo seu núcleo familiar não se diferenciava muito daquela típica da parentela dos Leite Ribeiro por Minas Gerais e Rio de Janeiro, como a presença de casamentos endogâmicos, multiplicação de filhos para ampliação do domínio e do tronco familiar, deliberação do grupo de descendência através da escolha da esposa, dentre outros.

Um de seus 12 filhos, Custódio Leite Ribeiro casou-se com Iria Placidina de Aquino, unindo-se a importante família da elite agrária local com profundas conexões mercantis com o Rio de Janeiro. Dois de seus filhos envolveram-se em atividades mercantis no Rio de Janeiro - João Vidal Leite Ribeiro e Joaquim Vidal Leite Ribeiro. Esse

²⁸ Carlos Bacelar percebeu a mesma estratégia para as elites agrárias de Sorocaba. BACELAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno. Sorocaba, séculos XVIII e XIX* São Paulo, 1994. Tese de Doutorado, USP.

último, Barão de Itamarandiba, tornou-se um importante comerciante entre São João Del Rei e Rio de Janeiro e, posteriormente, grande proprietário de terras e escravos. Suas filhas casaram-se com outras importantes famílias do núcleo agrário local.

Percebe-se, através das suas dívidas, conexões mercantis com o Rio de Janeiro, mesmo mantendo as atividades agrícola e usurária como fundamentais. Francisco Leite Ribeiro demonstrou não ter abandonado completamente seus vínculos com o mercado e passou a repetir a mesma experiência de seus pais. Negociava burros, bois e porcos com a capital e mantinha, entre seus devedores, cinco tropeiros, encarregados do transporte de mercadorias pelo Registro de Rio Preto. Fazia empréstimos para pequenos e médios lavradores de alimentos e também a fazendeiros de café de grande porte. Observam-se muitos empréstimos a seus familiares mais diretos, como a dois de seus genros, bem como a outros elementos da vasta parentela dos Leite Ribeiro, espalhados por outras regiões da província mineira e do Vale do Paraíba Fluminense.

O terceiro maior credor encontrado foi Elias Monteiro da Silva, com 38 devedores em suas dívidas ativas em 1870. Era membro de importante família proveniente da Comarca do Rio das Mortes, vinculada ao circuito mercantil da província, detentora de títulos nobiliárquicos e de grande prestígio. Era sobrinho do Barão de Ibertioga e da Condessa de Cedofeita, era primo por parte paterna do Barão de Santa Helena e sobrinho materno do primeiro Barão de Leopoldina. Possuía 156 escravos, mais de 200 mil pés de café e vastas terras, num total de três grandes fazendas e mais alguns pastos, somando, conjuntamente, mais de 1000 alqueires de terras entre pastos e matos virgens. Seus investimentos, em comparação a de outros membros da elite agrária local eram bem diversificados, abrangendo ações da Cia União e Indústria e apólices da dívida pública. Seus empréstimos atingiam muitos lavradores de cana e alimentos, além de grandes fazendeiros de café como Henrique Ribeiro do Vale, Francisco de Paula Lima Júnior, e José Bernardino de Barros. Observa-se entre seus devedores, o mesmo padrão anterior, de empréstimos a membros da própria parentela.

Outros credores como Cândido Ferreira da Fonseca e Antonio Carlos Teixeira Leite eram grandes cafeicultores, originários da Comarca do Rio das Mortes. Possuíam uma média de 180 mil pés de café, ainda no período de montagem do sistema agrário, o que os tornou fundadores do núcleo cafeicultor da Mata mineira. Cândido Ferreira da Fonseca, como mais um representante da elite mercantil da Comarca do Rio das Mortes, realizou um importante casamento com Camila Francisca de Assis - filha do 1º Barão de Pitangui e irmã do 2º Barão de Pitangui e do Conde de Prados. Através deste matrimônio Cândido Ferreira da Fonseca consolidou a aliança entre duas

importantes famílias, auferindo enormes privilégios econômicos de sua incorporação à tradicional família Ferreira Armond. Seu cunhado, Conde de Prados, além de político de expressão, era possuidor de vastas conexões mercantis na praça carioca, além da propriedade de uma casa comissária. Como grande fazendeiro e capitalista diversificava seus investimentos para além da atividade usurária e investia em ações da Cia União e Indústria e da Estrada de Ferro Dom Pedro II, além de manter constantes relações mercantis com o Rio de Janeiro através da venda de mantimentos, perceptível por sua tropa de mais de 50 bestas de carga, além de outros animais de tiro. Desta forma, associava capitais originários da atividade mercantil e usurária para manter regularmente suas inversões em terras e escravos, com uma riqueza agrária que correspondia a 20,03% do total de seu monte, além de 166 cativos. Seus ativos abrangiam 60 devedores, entre lavradores de alimentos e fazendeiros de café.

Já Antônio Carlos Teixeira Leite - casado pela primeira vez com sua prima-irmã Mariana Jesuína Teixeira Leite e pela segunda vez com sua prima-irmã e cunhada Umbelina Cândida Teixeira Leite, era filho do Barão de Itambé, irmão de Francisco Teixeira Leite - Barão de Vassouras - e sobrinho do Barão de Aiuruoca. A realização de dois matrimônios intrafamiliares ilustra a importância da endogamia familiar na manutenção e concentração do patrimônio, além da preservação do *status*. Como proprietário de vastas terras nas recentes fronteiras da Mata mineira - município de Mar de Espanha - somada aos privilégios mercantis proporcionados por sua incorporação à parentela dos Leite Ribeiro sanjoanense, bem como às facilidades de investimento possibilitados pelo seu irmão em Vassouras, chegou a conceder 31 empréstimos a diversos devedores, entre eles, muitos parentes, além de outros pequenos e médios lavradores de café e alimentos. Entre terras e cafezais sua fortuna agrária chegava a 22,02% de seu monte, com um plantel de 74 cativos.

Outro grande credor, Marcelino de Brito Pereira de Andrade - Visconde de Monte Mário - era descendente de uma família também ligada a produção mercantil de alimentos e pecuária, além de fortes ligações político-burocráticas com a Coroa portuguesa. Seus avós eram proprietários da histórica fazenda do Registro Velho em Barbacena. O Visconde associou sua atividade de grande produtor de café à atividade usurária. No ano do falecimento de sua esposa, em 1866, sua propriedade de 400 alqueires em Santana do Deserto produzia 237 mil pés de café. No almanaque de 1875 ele se apresentou como fazendeiro de café e capitalista. Certamente convertia seus ganhos de capital usurário em fortuna agrária que chegava a quase 40% de seu monte mor. Entre seus 15 devedores percebemos a presença de altos empréstimos a familiares, o que nos levou a considerar, mais uma vez, o papel do crédito na "redistribuição" da riqueza, possibilitando a

perpetuação do patrimônio e *status* familiares.

O único grande credor com atividade fundamental de capitalista foi o Guarda mor Francisco de Cerqueira Carneiro, de Vargem Grande que curiosamente não foi citado em nenhum almanaque do período. Era parente do Barão de São João Nepomuceno - Pedro de Alcântara Cerqueira Leite. Sua ascendência familiar remonta, como os maiores credores citados, às atividades mercantis da Comarca do Rio das Mortes. Possuía 42 devedores, com mais de 40% de parentes seus, a juros baixos de no máximo 10% ao ano. Os juros só subiam para 1% ao mês quando não havia expresso a relação de parentesco com o devedor. No inventário de sua esposa, não constava produção de café e alimentos, nem mesmo citações a respeito de instrumentos e benfeitorias. Nem mesmo o fato de que seu plantel era de 52 escravos, composto por apenas 40% de cativos em idade produtiva, ou seja, entre 15 e 40 anos, o que atestou que sua atividade principal não era a agrária.

Deixamos por último a análise referente ao Capitão Antônio Dias Tostes. Seu nome aparece nos almanaques vinculado à produção de mantimentos e também como capitalista. Certamente Tostes foi beneficiado, economicamente, com o primeiro matrimônio contraído com Ana Maria do Sacramento, filha de Félix Gonçalves da Costa, grande proprietário de terras, lavrador e comerciante do Termo de Barbacena, pai de Marcelino Gonçalves da Costa - proprietário da maior fortuna do núcleo agrário da zona da Mata mineira. Seu pai era proprietário de uma fazenda de produção de alimentos e criação de animais voltada para o mercado em Conceição de Ibitipoca - Barbacena.

Antonio Dias Tostes, proveniente também do Termo de Barbacena, já atuava como capitalista na localidade, pois encontramos seu nome citado entre os credores de seu futuro sogro. Ele pode ser considerado o elemento propulsor da fundação do núcleo urbano de Santo Antônio do Paraibuna, futura sede do município ao adquirir vastas sesmarias na região e ao subdividi-las e vendê-las em várias partes, auferindo enormes lucros. No inventário de sua primeira esposa constavam 72 devedores em uma dívida ativa que correspondia a 33,22% de seu monte mor que à época - 1834 - correspondia a alta quantia de 34.296 libras. Tostes teve 12 filhos, dentre os quais deixou como herança não só seu patrimônio econômico, como seu *status* de grande proprietário de terras e tradição na fundação do município. Seus filhos realizaram importantes casamentos entre a elite agrária local. Percebemos repetidas uniões entre parentes colaterais consangüíneos - tios e sobrinhas - referendando a principal estratégia sócio-econômica de ampliação do patrimônio e preservação do *status* intrafamiliar. Sua filha Maria Antônia casou-se com o grande proprietário Mariano Dutra de Moraes e, deste consórcio, três de suas filhas casaram-se com seus três tios maternos. O

inventário de Mariano Dutra de Moraes apresentou 99 dívidas ativas, todas com um baixíssimo valor monetário, correspondendo a menos de 5% de seu monte e, entre seus devedores, encontravam-se todos os seus três genros. Portanto, o núcleo familiar dos Dutra de Moraes com os Tostes estava fortemente entrelaçado, o que mais uma vez corrobora nossa reflexões sobre a importância das estratégias de parentesco e matrimônio.²⁹

Estas uniões consangüíneas representavam uma estratégia social para contraditar a ênfase que o direito de herança colocava na fragmentação do patrimônio. Linda Lewin ressalta que, graças ao pátrio poder - autoridade patriarcal do chefe de família - os maridos é que administravam os bens da esposa, assim as estratégias matrimoniais particularmente entre colaterais de terceiro grau e de quarto grau - como estas que acabamos de citar - conservavam a riqueza no interior do núcleo familiar e a possibilidade da fragmentação do patrimônio, poderia ser, significativamente, reduzida.³⁰

Outra filha de Antonio Dias Tostes contraiu matrimônio com Henrique Guilherme Fernando Halfeld, engenheiro alemão e lavrador de alimentos do município. Percebeu-se que o maior ganho desta aliança matrimonial foi para Halfeld que conseguiu além de elevar seu patrimônio e aumentar o seu *status* enquanto grande proprietário de terras, força política aliando-se a família mais tradicional e pioneira da localidade.

Entre os 72 devedores de Tostes, encontramos muitos de seus genros, sogro e filhos. Este tipo de empréstimo realizado dentro da esfera familiar revelou uma certa reciprocidade, onde a aliança matrimonial reforçou a aliança econômica, permitindo um equilíbrio entre famílias. Os demais empréstimos se fragmentavam entre pequenos e médios lavradores do município.

Estamos investigando a natureza dos 67,83 % de investimentos de origem regional na montagem do núcleo agrário cafeicultor da Mata. Além da atividade desses fazendeiros/capitalistas, destacou-se a presença de capitais provenientes de outras localidades da província, como de Barbacena e São João Del Rei. Esses capitais referiam-se, sobretudo, à manutenção de antigas relações mercantis com estes dois tradicionais Termos da antiga Comarca do Rio das Mortes, pelos circuitos mercantis que atravessavam a Mata mineira rumo ao Rio de Janeiro e, oportunamente, passavam pelos núcleos urbanos em busca de melhores negócios: ofereciam mercadorias importadas e consignavam os "produtos da terra". O montante de capital envolvido nestas transações era diminuto e, sem dúvida alguma, não relacionava-se

²⁹ Agradeço a Douglas Fazolatto as valiosas informações sobre a família Tostes, bem como, uma série de outras informações sobre as relações familiares do município.

³⁰ LEWIN, Linda. *op.cit.* p. 143.

diretamente ao café. Os capitais provenientes de credores Sanjoanenses somavam 72:000\$000 e os de Barbacena não mais de 13:000\$000, subdivididos em pequenos valores.

Considerações finais

Em todos os oito maiores credores analisados observamos a importância das relações familiares - diga-se de pais e sogros - firmadas através de arranjos matrimoniais, anteriores à constituição dos investimentos iniciais, possibilitando, o que consideramos a transformação do capital mercantil em capital agrário.

A existência das singularidades de cada caso tornou complexa e difícil a tarefa de estabelecer um padrão comum a todos os atos e a todo o mercado de crédito. Neste sentido, a conclusão de Servais é bastante elucidativa, ao considerar a multiplicidade dos espaços de crédito nas sociedades tanto tradicionais, como nas pós- industriais.

Especificamente na sociedade em que estamos investigando, percebemos dois fluxos de crédito que se interpenetravam: o "crédito familiar" e o "crédito mercantil". O familiar caracterizava-se pela difusão de empréstimos, preferencialmente, dentro da órbita familiar, podendo se suceder por gerações, levando até à criação de organizações comerciais, a exemplo das casas comissárias, casas bancárias, dentre outras. Seus representantes, prioritariamente envolvidos em atividades agrárias, assumiam cargos importantes na burocracia do Estado Imperial, obtinham ganhos políticos com a ascensão à Assembleia Provincial, ao Senado ou mesmo à Presidência da Província. Esse tipo de crédito não implicava a ausência de usura, mas o seu cálculo e certas particularidades como prazos, prêmios e garantias, variavam de acordo com distintos interesses, vinculados às conjunturas econômica, política ou social. Como já foi dito anteriormente, as relações sociais ou parentais não eliminavam a existência em si do valor do débito, mas o alteravam significativamente.

O segundo fluxo de crédito seria o mercantil, realizado por instituições bancárias ou por capitalistas propriamente ditos, intermediado por hipotecas formalmente legalizadas, com prazos, juros e cauções. Através de um breve levantamento das escrituras de hipoteca dos meados do século XIX, pudemos perceber a presença de escrituras, demonstrando a existência de um sistema de crédito formalizado em uma cadeia de credores e devedores³¹. A tendência desta prática era tornar-se mais marcante no último quartel do século XIX, com a

³¹ Estes dados foram levantados por Anderson Pires para sua tese de doutoramento, o qual agradeço a breve consulta nos dados.

proximidade da transição ao capitalismo e à intervenção direta das relações de mercado. Mas as nossas investigações, sustentadas por outros trabalhos sobre o comportamento e natureza do crédito nas sociedades européias dos séculos XVI ao XVIII, sugeriram que estas práticas também não estavam imunes à interferência de fatores vinculados ao prestígio, às relações parentais e à importância dos fatores de ordem sócio-culturais, característicos de sociedades pré-capitalistas³².

A dívida, seja ela de origem familiar, ou fruto de atitudes com características estritamente econômicas, usurárias, instaurava um conjunto de direitos e deveres entre credores e devedores. Criava-se uma relação interpessoal antes da relação econômica³³, um laço de dependência, no qual, em muitas situações, o credor passava a ter o poder sobre a sobrevivência do devedor e sua família. Diga-se sobre a sobrevivência não só econômica, mas, prioritariamente, do *status*.

Acreditamos que tais considerações mereçam um exame mais detalhado, reunindo toda vasta documentação (inventários, escrituras, testamentos, censos, dentre outras), a fim de promover um maior aprofundamento sobre as particularidades e diversidades das demandas de crédito, a descrição de suas origens, as taxas praticadas, as garantias, bem como, as distinções entre os ganhos nos campos econômicos, sociais e políticos. A imbricação entre estas diferentes abordagens é que poderia promover uma maior aproximação com a realidade dos espaços e tempo do crédito do século XIX brasileiro.

³² FONTAINE, L. *op. cit.* p. 1379

³³ Fontaine considera a transformação de uma dívida material em uma dívida moral entre o devedor e o credor. *Id. ibid.* p. 1386.